



DELIBERAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

RATIFICAÇÃO REGULAMENTOS DISCIPLINAR E ARBITRAGEM LPFP

Para conhecimento dos Sócios Ordinários, Clubes, Sociedades Desportivas e demais interessados, ao abrigo do artigo 47º dos Estatutos da FPF (EFPF), comunica-se na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 30 de junho de 2018, nos termos da alínea g) do artigo 39º EFPF, foram ratificadas:

- Alterações ao Regulamento Disciplinar das competições organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, aprovadas nas reuniões extraordinárias da Assembleia Geral da LPFP de 29.12.2017, 13.06.2018 e 29.06.2018, e

- Alterações ao Regulamento de Arbitragem das competições organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, aprovadas na reunião extraordinária da Assembleia Geral da LPFP de 13.06.2018.

Pel'A Direção da FPF





REGULAMENTO DISCIPLINAR DAS COMPETIÇÕES ORGANIZADAS PELA  
LIGA PORTUGUESA DE FUTEBOL PROFISSIONAL

(alterações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Liga Portuguesa de Futebol Profissional de 29 de dezembro de 2017, 13 de junho de 2018 e 29 de junho de 2018)

Artigo 3.º

**Âmbito subjetivo de aplicação**

1. O presente Regulamento aplica-se a todos os clubes e agentes desportivos que, a qualquer título ou por qualquer motivo, exerçam funções ou desempenhem a sua atividade no âmbito das competições organizadas pela Liga Portugal.
2. O disposto no título III do presente Regulamento não se aplica às pessoas e entidades que, nos termos legais e estatutários, se encontram sujeitas à competência disciplinar, em primeiro grau de decisão, do Conselho de Justiça da FPF.

Artigo 4.º

**Definições**

1. Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, considera-se:
  - a) «clubes», os clubes e sociedades desportivas;
  - b) «agente desportivo», os dirigentes dos clubes e demais funcionários, trabalhadores e colaboradores dos clubes, os jogadores, treinadores, auxiliares-técnicos, elementos da equipa de arbitragem, observadores dos árbitros, delegados da Liga, agentes das forças de segurança pública, coordenador de segurança, assistentes de recinto desportivo, médicos, massagistas, maqueiros dos serviços de emergência e assistência médicas, bombeiros, representante da proteção civil, apanha-bolas, repórteres e fotógrafos de campo e, em geral, todos os sujeitos que desempenhem funções ou exerçam cargos no âmbito das competições organizadas pela Liga Portugal e nessa qualidade estejam acreditados, bem como os membros dos órgãos sociais, dos órgãos técnicos permanentes e das comissões eventuais da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e da Liga Portugal;
  - c) «dirigentes dos clubes», os titulares dos respetivos órgãos sociais e os respetivos diretores e quaisquer outros funcionários ou colaboradores que, independentemente do respetivo vínculo contratual, desempenhem funções de direção, chefia ou coordenação na respetiva estrutura orgânica, bem como os respetivos mandatários;
  - d) «funcionário», qualquer pessoa que, de modo profissional, desempenhe num clube um qualquer cargo ou função, independentemente da natureza jurídica do vínculo em que se





encontre provido e ainda que exerça esse cargo ou função a tempo parcial;

- e) «jogos oficiais», os jogos disputados no âmbito das competições organizadas pela FPF e pela Liga Portugal;
- f) «complexo desportivo», o conjunto de terrenos, construções e instalações destinado à prática desportiva de uma ou mais modalidades, compreendendo os espaços reservados ao público e ao estacionamento de viaturas;
- g) «recinto desportivo», o local destinado à prática do futebol, confinado ou delimitado por muros, paredes ou vedações, em regra com acesso controlado e condicionado;
- h) «terreno de jogo» a superfície onde se desenrola a competição, incluindo as zonas de proteção definidas de acordo com os regulamentos internacionais do futebol;
- i) «retângulo de jogo» a parcela do terreno de jogo onde, nos termos das Leis do Jogo, se disputa o jogo de futebol;
- j) «vias públicas de acesso ao complexo desportivo», o conjunto de todas as vias públicas nas imediações do complexo desportivo, num raio de mil metros;
- k) «anel ou perímetro de segurança», o espaço, definido pelas forças de segurança, adjacente ou exterior ao recinto desportivo, cuja montagem ou instalação é da responsabilidade do promotor do espetáculo desportivo, compreendido entre os limites exteriores do recinto ou construção, dotado quer de vedação permanente ou temporária, quer de vãos de passagem com controlo de entradas ou saídas, destinado a garantir a segurança do espetáculo desportivo.
- l) «lesão de especial gravidade», a lesão que ofenda a integridade física de determinada pessoa de forma a:
  - i. privá-la de importante órgão ou membro, ou a desfigurá-la grave e permanentemente;
  - ii. tirar-lhe ou afetar-lhe, de maneira grave, a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais ou de procriação, ou, também de maneira grave, a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem, temporária ou permanentemente;
  - iii. provocar-lhe doença particularmente dolorosa ou permanente, ou anomalia psíquica grave ou incurável; ou
  - iv. Provocar-lhe perigo para a vida;
- m) «decisão definitiva na ordem jurídica desportiva», a decisão proferida pela Secção da Área Profissional do Conselho de Disciplina ou pelo Conselho de Justiça da FPF, ou pelos membros daqueles órgãos, individualmente ou em formação colegial, que, nos termos da lei, dos Estatutos ou do presente Regulamento, já não seja suscetível de impugnação no seio da estrutura desportiva;
- n) «estrutura desportiva», o conjunto dos órgãos da FPF e da Liga Portugal, mesmo que de carácter provisório ou instrumental;
- o) «contrainteresado», para efeitos de legitimidade para intervir no processo disciplinar;





- i. o lesado pela conduta imputada ao arguido e abstratamente tipificada como infração disciplinar;
  - ii. o participante, quando a norma disciplinar infringida tiver sido estabelecida para tutela de um seu direito ou interesse legalmente protegido;
  - iii. qualquer pessoa que retire da procedência da acusação disciplinar uma vantagem direta de natureza patrimonial ou desportiva;
  - p) «Leis do Jogo», a Leis do Jogo do Futebol aprovadas pelo *International Football Association Board*.
  - q) «elementos da equipa de arbitragem», a referência individual ou conjunta ao árbitro, árbitro assistente, quarto árbitro e árbitros com competência no âmbito do sistema vídeo-árbitro.
2. Para efeitos do presente Regulamento, o emprego da expressão “competições profissionais” abrange, além das competições com essa natureza, todas as demais competições organizadas pela Liga Portugal que, exclusivamente para efeitos do presente Regulamento, àquelas são equiparadas.

#### Artigo 30.º

##### **Sanções disciplinares aplicáveis aos clubes**

1. As espécies de sanções disciplinares aplicáveis aos clubes pelas infrações que cometerem são:
- a) repreensão;
  - b) multa;
  - c) reparação;
  - d) derrota;
  - e) subtração de pontos na tabela classificativa;
  - f) Impedimento de registo de contrato de trabalho de treinador;
  - g) Impedimento de registo de novos contratos de jogadores;
  - h) interdição temporária do recinto desportivo;
  - i) realização de Jogos «à porta fechada»;
  - j) perda do título na competição desportiva ou apuramento;
  - k) desclassificação;
  - l) descida de divisão;
  - m) exclusão das competições profissionais.
2. No caso de clubes com equipas “B” as sanções previstas nas alíneas e), h), i), j), k) e l) são cumpridas nas competições em que a infração tiver sido praticada.

#### Artigo 31.º

##### **Sanções disciplinares aplicáveis aos árbitros, árbitros assistentes, observadores de árbitros e delegados da Liga**

As espécies de sanções disciplinares aplicáveis aos elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga pelas infrações que cometerem são:

- a) repreensão;
- b) suspensão;
- c) exclusão das competições profissionais.



Artigo 38.º

**Cumprimento da suspensão**

1. A sanção de suspensão aplicada a jogadores, seja por jogos oficiais, seja por períodos de tempo, deverá ser cumprida durante a época desportiva em que a decisão que a aplicar se tornar executória.
2. Se a sanção de suspensão referida no número anterior não for, porém, totalmente cumprida na época em que a decisão que a aplicou se tornou executória, sê-lo-á na época ou em épocas subsequentes, nos seguintes termos:
  - a) no caso de suspensão por períodos de tempo, para cumprimento da sanção não se torna necessária inscrição do jogador, decorrendo o prazo pelo tempo de suspensão, sendo contado o período de interregno;
  - b) no caso de suspensão por jogos oficiais, para cumprimento da sanção torna-se necessária a inscrição do jogador, começando-se a contar o número de jogos a partir da data em que o jogador estiver em condições regulamentares de poder alinhar.
3. A suspensão preventiva nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo anterior será sempre levada em conta na sanção que vier a ser aplicada.
4. A sanção de suspensão aplicada por período de tempo a jogadores será cumprida ininterruptamente em todos os jogos oficiais, independentemente da entidade organizadora dos mesmos.
5. A sanção de suspensão por jogos oficiais é cumprida nos jogos oficiais seguintes de todas as competições em que os respetivos clubes participem, independentemente da entidade que os aplicou, salvo o disposto no artigo 165.º e no n.º 5 do artigo 15.º do Regulamento de Inscrição e Participação de equipas B – Anexo V do Regulamento das competições organizadas pela Liga.
6. Se a sanção de suspensão tiver sido aplicada em consequência de um ato de agressão a árbitro ou membros dos órgãos da estrutura desportiva, o jogador ficará também impedido de participar em jogos não oficiais.
7. Para o cumprimento da sanção de suspensão por jogos oficiais aplicada a jogador, contam:
  - a) os jogos adiados, na data em que efetivamente se venham a disputar;
  - b) os jogos não realizados por averbamento de falta de comparência injustificada ao clube adversário.
8. Para o cumprimento da sanção de suspensão aplicada a jogadores que se encontrem cedidos temporariamente, não conta o jogo disputado entre o clube cedente e o clube cessionário.
9. Os jogos não homologados ou não terminados e mandados repetir contam para efeito de cumprimento da sanção, não podendo, no entanto, os jogadores que estavam impedidos de alinhar nesses jogos participar nos jogos de repetição.
10. A sanção de suspensão aplicada a jogadores acarreta ainda a condenação na sanção acessória de multa de montante a fixar entre o







mínimo de 0,5 UC e o máximo de 5 UC por cada jogo ou mês que abarque, se outros montantes não estiverem expressamente estabelecidos.

Artigo 39.º

**Suspensão de dirigentes e delegados dos clubes**

1. A sanção de suspensão aplicada a dirigentes e delegados de clubes consiste:
  - a) no impedimento de estar presente na zona técnica dos recintos desportivos em que se disputem jogos oficiais, tal como definida no n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento das Competições, desde duas horas antes do início de qualquer jogo oficial e até 60 minutos após o seu termo;
  - b) na inibição de intervenção pública em matérias relacionadas com as competições desportivas;
2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, no n.º 4 e salvo o disposto no n.º 5 do presente artigo, os dirigentes e delegados suspensos mantêm o direito de representar os seus clubes durante o período da suspensão no âmbito das relações associativas com a Liga Portugal e a FPF.
3. A sanção de suspensão aplicada a dirigentes e delegados dos clubes cumpre-se, salvo o disposto no n.º 1 do artigo 41.º, a partir da data em que a decisão que a aplicar se torne executória.
4. Durante o período da respetiva suspensão os dirigentes e delegados ficam impedidos de exercer funções como dirigentes, delegados ou sob qualquer outra qualidade.
5. Caso o dirigente ou delegado seja punido mais do que duas vezes com a sanção de suspensão na mesma época desportiva, em acréscimo ao previsto nos números anteriores, o dirigente ou delegado fica impedido de frequentar os estádios onde o seu clube dispute qualquer jogo oficial, na qualidade de visitado ou visitante, bem como de desempenhar qualquer função relacionada com o futebol perante a Liga Portugal e a FPF, durante o período de suspensão e enquanto ela durar.

Artigo 40.º

**Suspensão dos demais agentes**

1. A sanção de suspensão aplicada aos demais agentes referidos na alínea b) do artigo 4.º e não abrangidos pelos artigos anteriores cumpre-se, salvo o disposto no n.º 1 do artigo 41.º, a partir da data em que a decisão que a aplicar se torne executória e inabilita-os, durante o período da sua execução, para o desempenho das funções decorrentes dos regulamentos desportivos na qualidade em que foram punidos.
2. Durante o período da respetiva suspensão os agentes desportivos ficam impedidos de se inscrever, ser inscritos ou de, a qualquer título, exercer funções como agentes desportivos sob qualquer outra qualidade.
3. É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 2 e 5 do artigo anterior.

Artigo 41.º





### Suspensão preventiva

1. As pessoas referidas nos artigos 39.º e 40.º ficam automaticamente suspensas preventivamente, até decisão final da Secção Disciplinar, em consequência de ordem de expulsão ou em resultado de factos ocorridos antes, durante ou depois do jogo e que determinem o árbitro a mencioná-los como expulsos no respetivo boletim, desde que seja dado conhecimento ao delegado ao jogo ou a quem desempenhar essas funções.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os médicos, enfermeiros e massagistas que antes do início ou no decurso de um jogo recebam ordem de expulsão, serão instalados em local definido em vistoria técnica por forma a que, mediante prévia autorização da equipa de arbitragem, possam intervir em caso de necessidade.
3. Sem prejuízo da possibilidade prevista no número seguinte, a suspensão referida no n.º 1 cessa com a prolação de despacho de instauração de processo disciplinar ou da decisão final, bem como se, decorrido o prazo de 12 dias, a Secção Disciplinar nada decidir.
4. A Secção Disciplinar, nos termos previstos para as medidas provisórias no título III do presente Regulamento, pode suspender preventivamente as pessoas referidas nos artigos 37.º, 39.º e 40.º com efeitos a partir da data da notificação dessa decisão, se esta providência se revelar necessária para a salvaguarda da autoridade e do prestígio da organização desportiva do futebol e, bem assim, da dignidade, estabilidade e tranquilidade das respetivas competições, mas nunca por prazo superior a 20 dias.
5. O período de suspensão preventiva será sempre imputado no cumprimento da sanção que vier a ser aplicada.

### Artigo 47.º

#### Impedimento de registo de contrato de trabalho de treinador

A sanção de impedimento de registo de contrato de trabalho de treinador implica para o clube sancionado o impedimento de registar o respetivo contrato de trabalho por determinado período.

### Artigo 47.º-A

#### Sanção de impedimento de registo de novos contratos de jogadores

1. A sanção de impedimento de registo de novos contratos de jogadores implica para o clube sancionado o impedimento de registo de novos contratos de jogadores por determinado número de períodos de inscrição de jogadores consecutivos.
2. Durante o período por que lhe seja aplicada a sanção descrita no número anterior, o clube poderá renovar os contratos existentes.

### Artigo 53.º

#### Circunstâncias agravantes

1. Constituem especiais circunstâncias agravantes de qualquer infração disciplinar:
  - a) a reincidência;





- b) a premeditação;
  - c) a acumulação de infrações;
  - d) a combinação com outrem para a prática da infração;
  - e) a dissimulação da infração;
  - f) a prática da infração com o objetivo ou a finalidade de impedir a deteção ou a punição de outra infração.
2. É sancionado como reincidente quem, na mesma época desportiva, depois de ter sido sancionado, por decisão transitada em julgado, pela prática de uma infração disciplinar vier a cometer, por si ou sob qualquer forma de coautoria, outra infração disciplinar do mesmo tipo, infração disciplinar de igual ou maior gravidade ou duas ou mais infrações de menor gravidade.
  3. Para efeitos do disposto no número anterior, a gravidade das infrações é determinada pelo limite máximo da sanção da espécie mais grave que lhes seja aplicável.
  4. A premeditação consiste na frieza de ânimo, na reflexão sobre os meios empregues ou no protelamento da intenção da prática da infração por período superior a 24 horas.
  5. A acumulação de infrações consiste na prática simultânea ou imediatamente consecutiva de duas ou mais infrações disciplinares.
  6. O disposto nos números anteriores não é aplicável às infrações sancionadas com a sanção de repreensão relativamente às quais a eventual reincidência implica, por acumulação, a suspensão por jogos oficiais, cujo cumprimento determina o imediato cancelamento das faltas que as motivaram e o início de um novo cômputo.

#### Artigo 54.º

##### **Reincidência como elemento de qualificação do tipo**

1. Quando em norma especial do presente Regulamento se exija a verificação da reincidência para efeitos de qualificação de uma infração disciplinar apenas se considera como reincidente o agente que, em qualquer uma das três épocas desportivas anteriores àquela em que se verificarem os factos, tiver sido condenado pela prática da mesma infração disciplinar mediante decisão transitada em julgado.
2. No caso previsto no número anterior não há lugar à aplicação da reincidência como circunstância agravante.

#### Artigo 55.º

##### **Circunstâncias atenuantes**

1. São especiais circunstâncias atenuantes das faltas disciplinares:
  - a) o bom comportamento anterior, aferido pela inexistência de condenações disciplinares há mais de um ano;
  - b) a confissão espontânea da infração;
  - c) a prestação de serviços relevantes ao futebol;
  - d) a provocação;
  - e) o louvor por mérito desportivo.
2. Para além das atenuantes previstas no número anterior, é ainda considerada como circunstância especialmente atenuante o





cumprimento de uma pena de suspensão que posteriormente venha a ser reduzida em mais de um terço ou revogada por decisão final na ordem jurídica desportiva caso a suspensão já tenha sido integral ou parcialmente cumprida.

3. Além destas, poderão excecionalmente ser consideradas outras atenuantes, quando a sua relevância o justifique.
4. Para efeitos de aplicação do disposto nos artigos seguintes, todos os factos considerados nos termos do número anterior serão globalmente aplicadas como uma única circunstância atenuante.

Artigo 56.º

**Termos da atenuação e do agravamento**

1. O efeito da aplicação das circunstâncias atenuantes e agravantes opera sobre a sanção concretamente determinada nos termos do artigo 52.º
2. Sempre que houver lugar à aplicação de circunstância atenuante, a sanção concretamente aplicada ao agente é reduzida em um quarto, salvo disposição especial em sentido diverso.
3. Sempre que houver lugar à aplicação de circunstância agravante, a sanção concretamente aplicada ao agente é agravada em um quarto.
4. A atenuação prevista no n.º 2 do artigo anterior implica:
  - a) a redução do limite máximo da pena de suspensão em um terço; e
  - b) a redução do limite mínimo a um quinto.
5. Se da aplicação de uma circunstância atenuante ou agravante resultar um número não inteiro, a medida da sanção é arredondada, por excesso ou por defeito, para a unidade mais próxima, mas nunca inferior a uma unidade; no caso da sanção de multa o arredondamento faz-se para o mais próximo múltiplo de €10,00.

Artigo 60.º

**Atenuação especial de sanção**

A sanção concretamente aplicada, depois de determinada ao abrigo do disposto nos artigos anteriores, poderá ainda ser especialmente atenuada em de um quarto a dois terços quando existam circunstâncias anteriores, contemporâneas ou posteriores à infração que diminuam por forma acentuada a ilicitude do facto ou a culpa do agente.

Artigo 62.º-A

**Oferta de vantagem indevida**

1. O clube que, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a elementos de equipa de arbitragem, observador de árbitros ou delegado da Liga, ou a terceiro por indicação ou conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial que não lhe seja devida, no exercício das suas funções ou por causa delas, é punido com a sanção de subtração de pontos a fixar entre o mínimo de cinco e o máximo de oito pontos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 250 UC e o máximo de 1.000 UC.





2. O clube é responsável pelos atos cometidos por qualquer dos seus dirigentes, representantes, funcionários e demais agentes desportivos a si vinculados, bem como pelos atos cometidos pelos seus representantes de facto, quando comprovadamente praticados a seu mando e no seu interesse.
3. Não são disciplinarmente relevantes as ofertas conforme os usos e costumes desportivos, desde que constituam *merchandising* do clube ou produtos tradicionais da região, de valor não superior a €150.00, computados por jogo e por agente.

Artigo 63.º

**Corrupção dos clubes**

1. Os clubes que façam ou intervenham em acordos com vista à obtenção de um resultado irregular, quer seja pela atuação anómala de uma ou ambas as equipas contendoras ou de algum dos seus jogadores, quer pela dolosa utilização irregular de qualquer um destes, quer pela apresentação de uma equipa notoriamente inferior ao habitual ou outro procedimento conducente ao mesmo propósito, serão punidos com as sanções previstas nos n.os 2 e 3 do artigo 62.º.
2. O jogo em que hajam ocorrido os factos previstos nos números anteriores será declarado nulo e mandado repetir, desde que não haja sido homologado, e caso resultem prejuízos para o clube interveniente não culpado ou para terceiros igualmente não responsáveis.
3. Os clubes que derem ou aceitem recompensa ou promessa de recompensa, para os fins referidos no n.º 1, serão punidos com as sanções nele previstas.
4. Os clubes que pratiquem os factos ocorridos nos números anteriores, quando na sua forma de tentativa, serão punidos com:
  - a) subtração de pontos a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de cinco pontos na classificação geral;
  - b) derrota no jogo de prova disputada por eliminatórias ou, se o jogo se encontrar homologado, derrota em jogo ou subtração de três pontos na prova em curso na época desportiva correspondente à data em que a decisão condenatória se tornar definitiva;
  - c) a multa prevista no n.º 1 deste artigo reduzida a metade nos seus limites mínimo e máximo.
5. O clube é responsável pelos atos cometidos por qualquer dos seus dirigentes, representantes, funcionários e demais agentes desportivos a si vinculados, bem como pelos atos cometidos pelos seus representantes de facto, quando comprovadamente praticados a seu mando e no seu interesse.

Artigo 64.º

**Corrupção de outros agentes desportivos**

1. O clube que der ou prometer recompensa a elemento da equipa técnica ou jogador da equipa adversária, com vista à obtenção dos fins assinalados nos artigos anteriores, será punido com as sanções previstas no n.º 1 do artigo 62.º.





2. O clube que der ou prometer recompensa a outro agente da equipa adversária, com vista à obtenção dos fins assinalados nos artigos anteriores, será punido com as sanções previstas no n.º 2 do artigo 62.º
3. Se o ilícito for cometido na forma de tentativa, o clube será punido com a sanção de subtração de pontos a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de cinco pontos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 125 UC e o máximo de 500 UC.
4. O clube é responsável pelos atos cometidos por qualquer dos seus dirigentes, representantes, funcionários e demais agentes desportivos a si vinculados, bem como pelos atos cometidos pelos seus representantes de facto, quando comprovadamente praticados a seu mando e no seu interesse.

Artigo 67.º

**Declarações sobre arbitragem antes dos jogos**

1. O clube que, publicamente, através de qualquer documento ou meio de comunicação social profira declarações ou emita juízos pondo em causa a imparcialidade ou competência dos elementos de equipa de arbitragem e observadores designados para os jogos que vão ser disputados nas competições profissionais, bem como sobre a nomeação desses agentes para tais jogos por parte do órgão responsável pela arbitragem é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 100 UC e o máximo de 300 UC.
2. O clube é responsável pelos atos cometidos por qualquer dos seus dirigentes, representantes, funcionários e demais agentes desportivos a si vinculados, bem como pelos atos cometidos pelos seus representantes de facto, quando comprovadamente praticados a seu mando e no seu interesse.
3. O clube é responsável pelos comportamentos dos dirigentes e funcionários que sejam divulgados pela imprensa ou televisão que explorem e pelos sítios na Internet que sejam explorados pela sociedade desportiva ou pelo clube sócio único ou fundador da sociedade desportiva, diretamente ou por interposta pessoa.
4. Em caso de reincidência a sanção referida no anterior n.º 1 é elevada para o dobro, nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 73.º

**Incumprimento das decisões do Conselho Jurisdicional da Liga**

1. Os clubes que, após notificação expressa, não cumprirem no prazo de 30 dias, as decisões transitadas em julgado do Conselho Jurisdicional da Liga, proferidas no âmbito das suas competências, serão punidos com a sanção de subtração de pontos a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de cinco pontos se, no prazo de 10 dias a contar de notificação expressa para o efeito, não comprovar documentalmente o efetivo cumprimento.
2. Decorridos que sejam 30 dias após o termo do último prazo referido no número anterior, os clubes ficarão ainda impedidos de participar nos jogos oficiais das competições organizadas pela Liga Portugal até integral pagamento.





3. O impedimento referido no número anterior só produz efeitos cinco dias após a notificação, considerando-se como falta de comparência injustificada o jogo ou jogos em que o clube não possa participar por falta desse pagamento.
4. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 70.º.

Artigo 80.º

**Agressão qualificada de jogadores, dirigentes e outros agentes desportivos à equipa de arbitragem**

1. Sempre que algum dos elementos da equipa de arbitragem, em virtude de agressão voluntária de jogadores, dirigentes, treinadores, auxiliares técnicos, médicos, massagistas e funcionários ou outros agentes desportivos vinculados a um clube, estejam ou não incluídos nas fichas técnicas, que determine lesão de especial gravidade quer pela sua natureza quer pelo período da incapacidade, fique impossibilitado de prosseguir no jogo e este seja dado por terminado antes do tempo regulamentar, o clube a que o mesmo pertence será punido com a sanção de derrota e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 125 UC e o máximo de 500 UC.
2. Em caso de reincidência, para além da aplicação das sanções previstas no número anterior, o clube será punido ainda com a sanção de interdição do recinto desportivo a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de quatro jogos.

Artigo 83.º-A

**Violação de deveres relativos ao vídeo-árbitro**

1. O clube que, de forma intencional, por ação ou omissão, contribua determinantemente para impedir a correta implementação, instalação, funcionamento ou utilização do vídeo-árbitro num jogo da Liga NOS, é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 100 UC e o máximo de 300 UC.
2. O clube é responsável pelos atos e omissões do técnico de apoio ao sistema de vídeo-árbitro que designe nos termos do Regulamento de Competições.

SUBSECÇÃO II

Artigo 84.º

**Incentivos ilícitos a clubes terceiros**

O clube que, por si ou por interposta pessoa, oferecer, prometer ou entregar dinheiro ou qualquer outra vantagem patrimonial ou não patrimonial a um terceiro clube, sem que lhe seja devido, com vista à obtenção de um resultado positivo por parte deste num jogo oficial, assim como este terceiro clube, serão punidos com a sanção de subtração de pontos a fixar entre o mínimo de três e o máximo de cinco pontos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 100 UC e o máximo de 300 UC.





Artigo 85.º

**Aliciamento a jogadores**

1. O clube que, direta ou indiretamente, incitar um jogador de outro clube a denunciar, sem justa causa, o seu contrato de trabalho desportivo ou contrato intermédio e ou celebrar com os mesmos qualquer acordo que vise a celebração de um contrato de trabalho, ou promessa de trabalho ou contrato intermédio será punido, por cada jogador aliciado, com a sanção de impedimento de registo de novos contratos de jogadores entre um a dois períodos de inscrição de jogadores.
2. Na mesma sanção prevista no número anterior, será punido o clube que, sem autorização do clube a quem um jogador se encontre vinculado por contrato que se prolongue para além da época desportiva em curso, estabeleça negociações com esse mesmo jogador com vista a contratar os seus serviços, ainda que a iniciativa da aproximação parta destes últimos ou dos seus representantes.
3. Salvo demonstração em contrário, se o jogador fizer cessar o seu contrato de trabalho desportivo ou intermédio, unilateralmente e sem justa causa, presume-se que a nova entidade empregadora desportiva interveio, direta ou indiretamente, na cessação.

Artigo 85.º-A

**Aliciamento treinadores**

1. O clube que direta ou indiretamente incitar um treinador de outro clube a denunciar, sem justa causa, o seu contrato de trabalho e ou celebrar com o mesmo qualquer acordo que vise a celebração de um contrato de trabalho ou promessa de trabalho será punido com a sanção de impedimento de registo do contrato de trabalho desse treinador, durante a época desportiva seguinte àquela em que a sanção se tornar definitiva na ordem jurídica desportiva e, no caso de tal registo já ter tido lugar, determinará a caducidade automática desse registo, ficando o clube imediatamente inibido de utilizar o treinador ou de incluir o treinador nas fichas técnicas dos jogos.
2. Na mesma pena será punido o clube que, sem autorização do clube a quem um treinador se encontre vinculado por contrato que se prolongue para além da época desportiva em curso, com ele estabeleça negociações com vista a contratar os seus serviços, ainda que a iniciativa da aproximação parta deste último ou dos seus representantes.
3. Salvo demonstração em contrário, se o treinador fizer cessar o seu contrato de trabalho, unilateralmente e sem justa causa, presume-se que a nova







entidade empregadora desportiva interveio, direta ou indiretamente, na cessação.

Artigo 87.º-A

**Incumprimento de deveres de organização**

1. O clube que não cumpra os deveres resultantes do disposto nas alíneas b) a j) do n.º 2 do artigo 50.º e no artigo 91.º do Regulamento das Competições, é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 80 UC.
2. O clube que não cumpra a obrigação de corte da relva estabelecida no n.º 4 do artigo 39.º do Regulamento das Competições é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 e o máximo de 100 UC.
3. O clube que não cumpra a obrigação de rega do relvado estabelecida no n.º 3 do artigo 59.º do Regulamento de Competições é punido com a sanção prevista no número anterior.
4. O clube que não cumpra as obrigações relativas ao sistema de videovigilância que para si decorrem do Regulamento das Competições é punido com a sanção prevista no n.º 2.
5. Em caso de reincidência no ilícito previsto no número anterior, para além da sanção nele prevista, o clube é punido com a sanção de realização de jogos à porta fechada.

Artigo 90.º

**Controlo de execução orçamental**

1. O clube que não entregue à Liga Portugal os documentos identificados nas alíneas seguintes até 01 de março de cada época desportiva e não o faça no prazo de 20 dias a contar de notificação expressa para o efeito, é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 100 UC e o máximo de 200 UC:
  - a) mapa de execução orçamental, acompanhado de relatório e parecer emitido por ROC ou SROC referentes à informação aí prestada;
  - b) fecho e relatório de contas semestrais auditadas por revisão limitada por ROC ou SROC, elaborados de acordo com as normas internacionais de auditoria e demais normas da Ordem dos Revisores Oficiais de contas.
2. O modelo do mapa referido no número anterior é divulgado anualmente em anexo aos pressupostos de candidatura definidos nos termos do Regulamento das Competições.

Artigo 94.º

**Não realização de jogos por falta de condições do estádio, de segurança ou dos equipamentos**

1. Quando um jogo oficial não se realizar ou não se concluir em virtude do estádio não se encontrar em condições regulamentares por facto imputável ao clube que o indica, é este punido com a sanção de derrota





e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 12 UC e o máximo de 50 UC e com a sanção de reparação à Liga Portugal e ao adversário das despesas de arbitragem, de delegacias, de organização e do valor da receita que eventualmente coubesse ao adversário.

2. Se um jogo não for realizado por falta de condições de segurança imputáveis ao clube que indica o estádio, o clube é punido nos termos do número anterior.
3. Quando o jogo se realizar em estádio neutro é mandado repetir, sendo apenas aplicáveis as sanções de multa e de reparação ao clube visitado, salvo se as faltas previstas nos números anteriores não lhe forem imputáveis.
4. O clube responsável pela não realização de um jogo oficial em virtude de os equipamentos das duas equipas não permitirem fácil destrição ou não se encontrarem nas condições regulamentares, será punido nos termos do n.º 1.

#### Artigo 95.º

##### **Agressão de jogadores, dirigentes e outros agentes desportivos à equipa de arbitragem**

1. Sempre que o jogo estiver interrompido por mais de 10 minutos em virtude de agressão voluntária de jogadores, dirigentes, treinadores, auxiliares técnicos, médicos, massagistas e funcionários ou outros agentes desportivos a algum dos elementos da equipa de arbitragem, o clube a que o agressor se encontrar vinculado será punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 125 UC e o máximo de 500 UC.
2. Se a agressão descrita no número anterior determinar a interrupção do jogo por período de tempo inferior a 10 minutos, o clube a que o agressor se encontrar vinculado será punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 150 UC.
3. Em caso de reincidência, para além das sanções previstas nos números anteriores, o clube será punido ainda com a sanção de interdição do seu estádio a fixar entre o mínimo de um e o máximo de três jogos.

#### Artigo 96.º

##### **Mau comportamento coletivo**

1. Quando um agrupamento de duas ou mais pessoas, jogadores, treinadores, auxiliares-técnicos, dirigentes, médicos, massagistas ou outros agentes desportivos, atuando concertadamente, visem forçar elemento da equipa de arbitragem à prática de um ato, abster-se de o praticar ou, ainda a intimidar esses elementos da equipa de arbitragem, o clube a que pertencerem os infratores será punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 150 UC.
2. Em caso de reincidência os limites mínimo e máximo da sanção prevista no número anterior serão elevados para o dobro.

#### Artigo 96.º-A

##### **Quadro técnico sem as habilitações mínimas**





1. O clube que não cumpra a obrigação regulamentar estabelecida no n.º 5 do artigo 82.º do Regulamento das Competições, é punido, por cada jogo oficial que dispute sem fazer cessar o incumprimento, com a sanção de:
  - a) multa de montante a fixar, entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 250 UC, até ao 15.º dia subsequente à sua constituição em mora;
  - b) multa de montante a fixar, entre o mínimo de 65 UC e o máximo de 325 UC, após o 15.º dia subsequente à sua constituição em mora;
  - c) derrota e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar, entre o mínimo de 65 UC e o máximo de 325 UC, após o 45.º dia subsequente à sua constituição em mora.
2. O clube que incumpra o disposto no n.º 3 do artigo 82.º do Regulamento das Competições é punido nos termos da alínea a) do número anterior na primeira infração e nos termos da alínea b) do número anterior nas subsequentes, com as molduras reduzidas a metade.

Artigo 97.º

**Apresentação de equipa inferior**

1. Os clubes que, sem motivo justificado e em jogos oficiais se apresentarem em campo com equipas notoriamente inferiores, serão punidos com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 100 UC.
2. Para efeitos da Taça da Liga, entende-se por equipa notoriamente inferior a apresentação de equipa que não cumpra o previsto no n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento da Taça da Liga anexo ao Regulamento das Competições.
3. Se o facto previsto no n.º 1 ocorrer nos quatro últimos jogos de uma competição a disputar por pontos ou por eliminatórias, a sanção aplicável será, respetivamente, a prevista na alínea a) ou b) do n.º 1 do artigo 76.º.
4. Em qualquer caso, o clube infrator será acessoriamente condenado na sanção de reparação ao clube adversário pelos prejuízos que este sofreu em função de receita provável que se obteria se se apresentasse com a constituição normal, sem, porém, exceder o montante de €12.500,00.
5. Quando o comportamento previsto no n.º 1 for acompanhado de publicidade prévia, os limites mínimo e máximo da multa prevista nessa disposição serão elevados para o dobro.
- 6.
7. Quando o comportamento previsto no n.º 1 for acompanhado de publicidade prévia, os limites mínimo e máximo da multa prevista nessa disposição serão elevados para o dobro.

Artigo 98.º

**Não utilização de jogadores formados localmente e não inclusão na ficha de jogo de jogadores com idade até 23 anos**

1. O clube que não cumpra a obrigação regulamentar de incluir na ficha de jogo o número de jogadores formados localmente ou a obrigação de incluir na ficha de jogo o número de jogadores com idade até 23 anos exigido regulamentarmente às equipas e equipas B que disputem a





LEDMAN LigaPro é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 100 UC.

2. O clube que não incluir na ficha técnica como efetivos nem utilizar, em cada um dos jogos disputados no âmbito da Taça da Liga, durante pelo menos 45 minutos, dois ou mais jogadores formados localmente é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 100 UC.
3. Para os efeitos do presente artigo, consideram-se formados localmente os jogadores como tal considerados nos termos do Regulamento das Competições.
4. Quando a infração prevista no n.º 1 for praticada de forma dolosa ou reincidente ou numa das quatro últimas jornadas da LEDMAN LigaPro, é punida, além da sanção aí prevista, com as sanções de derrota e de subtração de pontos a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de cinco pontos.
5. Se o comportamento previsto no n.º 2 ocorrer da terceira fase em diante da Taça da Liga, a sanção aplicável será, consoante os casos, a prevista nas alíneas a) ou b) no n.º 1 do artigo 76.º

Artigo 105.º

**Venda e consumo de bebidas alcoólicas ou de produtos perigosos nos estádios**

1. O clube que permita, no interior do estádio que indique para a realização de jogos oficiais, a venda e consumo de bebidas alcoólicas fora dos locais permitidos por lei ou regulamento ou a venda de quaisquer outros produtos que não se encontrem em embalagem de cartão ou de plástico é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 13 UC e o máximo de 25 UC.
2. O clube que permita a introdução, venda, aluguer ou distribuição, nos recintos desportivos, de almofadas que não sejam feitas de material leve e não contundente é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 8 UC e o máximo de 15 UC.

Artigo 112.º

**Lesão da honra e da reputação dos órgãos da estrutura desportiva e dos seus membros**

1. O clube que use de expressões, desenhos, escritos ou gestos injuriosos, difamatórios ou grosseiros para com órgãos da Liga Portugal ou da FPF e respetivos membros, árbitros, dirigentes, clubes e demais agentes desportivos, nomeadamente em virtude do exercício das suas funções desportivas, assim como incite à prática de atos violentos, conflituosos ou de indisciplina, é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 75 UC e o máximo de 350 UC.
2. Se dos factos previstos na segunda parte do número anterior resultarem graves perturbações da ordem pública ou se provocarem manifestações de desrespeito pelos órgãos da hierarquia desportiva, seus dirigentes ou outros agentes desportivos, os limites mínimo e máximo das sanções previstas no número anterior são elevados para o dobro.







3. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo das multas previstas nos números anteriores serão elevados para o dobro.
4. O clube é considerado responsável pelos comportamentos que venham a ser divulgados pela sua imprensa privada e pelos sítios na Internet que sejam explorados pelo clube, pela sociedade desportiva ou pelo clube fundador da sociedade desportiva, diretamente ou por interposta pessoa.

Artigo 112.º-A

**Denúncia caluniosa**

1. O clube que por qualquer meio, perante qualquer órgão da Liga, da FPF, autoridade pública ou órgão de polícia criminal, denunciar, com a consciência da falsidade da imputação, a prática por um agente desportivo de ilícito disciplinar, penal, civil, contraordenacional ou outro, é punido com multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 250 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo da sanção acessória prevista no número anterior serão elevados para o dobro.
3. O clube é responsável pelos atos cometidos por qualquer dos seus dirigentes, representantes, funcionários e demais agentes desportivos a si vinculados, bem como pelos atos cometidos pelos seus representantes de facto, quando praticados por sua conta ou no seu interesse.

Artigo 127.º

**Inobservância de outros deveres**

1. Em todos os outros casos não expressamente previstos em que os clubes deixem de cumprir os deveres que lhes são impostos pelos regulamentos e demais legislação desportiva aplicável são punidos com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 50 UC.
2. Na determinação da medida da pena prevista no n.º 1 do presente artigo, salvo se cometer a violação do mesmo dever violado na mesma época desportiva, não será considerada a circunstância agravante da reincidência prevista nos artigos 52.º e 53.º, n.º 1 alínea a) do presente regulamento.

Artigo 129.º

**Oferta de vantagem indevida, coação e participação na falta de comparência**

1. São punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de oito anos e, acessoriamente, com multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 250 UC os dirigentes dos clubes que cometerem as infrações previstas no n.º 2 do artigo 66.º.
2. Os dirigentes que cometerem as infrações previstas no artigo 62.º-A, no n.º 1 do artigo 66.º e no n.º 1 do artigo 77.º são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de sete anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 250 UC.
3. No caso previsto no n.º 3 do artigo 66.º os dirigentes são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de seis meses e o máximo de







dois anos e, acessoriamente, com a sanção de multa prevista no número anterior reduzida a um quarto nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 130.º

**Declarações sobre arbitragem antes dos jogos e sobre a organização das competições**

1. O dirigente que praticar as infrações previstas no n.º 1 do artigo 67.º e no n.º 1 do artigo 68.º é punido com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um mês e o máximo de dois anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 300 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo das sanções previstas no número anterior são elevados para o dobro.
3. Caso as infrações previstas no n.º 1 sejam praticados através de meios de comunicação social, nomeadamente em programa televisivo ou radiofónico que se dedique exclusiva ou principalmente à análise e comentário do futebol profissional, as sanções nele previstas são elevadas para o dobro.

Artigo 131.º

**Agressões**

1. Os dirigentes que agridam voluntariamente membros dos órgãos da estrutura desportiva, elementos da equipa de arbitragem, observadores, delegados da Liga, dirigentes ou delegados ao jogo de outros clubes, agentes de segurança pública, jogadores e treinadores são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de três meses e o máximo de três anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 250 UC.
2. Os dirigentes que, no exercício das suas funções, agredirem voluntariamente algum dos demais agentes desportivos não previstos no número anterior ou espectadores são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de dois meses e o máximo de dois anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 20 UC e o máximo de 200 UC.
3. No caso de tentativa são aplicáveis as sanções previstas nos números anteriores reduzidas a um terço nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 132.º

**Incitamento à indisciplina**

1. Os dirigentes que por ocasião dos jogos oficiais, assumirem atitudes de violência ou incitarem o público, jogadores e demais agentes desportivos à prática de atos violentos ou de indisciplina são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de seis e o máximo de 18 meses e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 75 UC e o máximo de 350 UC.
2. Se os factos previstos no número anterior forem seguidos de graves perturbações da ordem ou provocarem manifestações de desrespeito pela hierarquia desportiva, seus dirigentes e entidades oficiais convidadas,





os limites mínimo e máximo das sanções previstas no número anterior são elevados para o dobro.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, caso a infração prevista no n.º 1 seja praticada através de meios de comunicação social, as sanções nele previstas são elevadas para o dobro.

Artigo 132.º-A

**Incitamento à indisciplina fora do âmbito dos jogos oficiais**

1. Os dirigentes que incitem à prática de atos violentos ou de indisciplina são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de quatro e o máximo de 16 meses e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 350 UC.
2. Se os factos previstos no número anterior forem seguidos de graves perturbações da ordem ou provocarem manifestações de desrespeito pela hierarquia desportiva, seus dirigentes ou outros agentes desportivos, os limites mínimo e máximo das sanções previstas no número anterior são elevados para o dobro.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, caso a infração prevista no n.º 1 seja praticada através de meios de comunicação social, as sanções nele previstas são elevadas para o dobro.

Artigo 134.º

**Estímulos de terceiros**

Os dirigentes que cometam as infrações previstas no artigo 84.º são punidos com sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de seis meses e o máximo de cinco anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 250 UC.

Artigo 136.º

**Lesão da honra e da reputação e denúncia caluniosa**

1. Os dirigentes que pratiquem os factos previstos no n.º 1 do artigo 112.º contra órgãos da Liga Portugal ou da FPF respetivos membros, elementos da equipa de arbitragem, dirigentes, jogadores, demais agentes desportivos ou espectadores, são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um mês e o máximo de dois anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 300 UC.
2. Os dirigentes que pratiquem os factos previstos no n.º 1 do artigo 112.º-A são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de seis meses e o máximo de três anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 300 UC.
3. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo das sanções previstas nos números anteriores são elevados para o dobro.
4. Caso as infrações previstas nos n.os 1 e 2 sejam praticados através de meios de comunicação social, nomeadamente em programa televisivo ou radiofónico que se dedique exclusiva ou principalmente à análise e comentário do futebol profissional, as sanções nele previstas são elevadas para o dobro.





Artigo 139.º-A

**Ameaças contra a equipa de arbitragem**

1. Os dirigentes que, por ocasião dos jogos oficiais, ameaçarem os elementos da equipa de arbitragem são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de quinze dias e o máximo de seis meses e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 15 UC e o máximo de 60 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo da sanção acessória de multa são elevados para o dobro.

Artigo 140.º

**Protestos contra a equipa de arbitragem**

1. Os dirigentes que, por ocasião dos jogos oficiais, protestarem ou adotarem atitude incorreta para com os elementos da equipa de arbitragem são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de oito dias e o máximo de três meses e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 5 UC e o máximo de 15 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo da sanção acessória de multa são elevados para o dobro.

Artigo 145.º

**Agressões**

1. São punidas nos termos das alíneas seguintes as agressões praticadas pelos jogadores contra os membros dos órgãos da estrutura desportiva, elementos da equipa de arbitragem, observadores, delegados da Liga, dirigentes ou delegados ao jogo de outros clubes, agentes de segurança pública, e treinadores:
  - a) no caso de agressão que determine lesão de especial gravidade, com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de seis meses e o máximo de quatro anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 150 UC e o máximo de 750 UC;
  - b) noutros casos de agressão, com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de dois meses e o máximo de dois anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 75 UC e o máximo de 375 UC.
2. São punidos nos termos das alíneas seguintes as agressões praticadas pelos jogadores contra os demais agentes desportivos não previstos no número anterior:
  - a) no caso de agressão que determine lesão de especial gravidade, com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de dois meses e o máximo de dois anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 250 UC;
  - b) noutros casos de agressão, com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de quatro meses e, acessoriamente, com a sanção de multa a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 75 UC





3. Em caso de resposta a agressão, os factos previstos nos números anteriores são punidos com as sanções neles previstas reduzidas a metade nos seus limites mínimos.
4. Os factos previstos nos números anteriores quando cometidos na forma de tentativa são punidos com as sanções neles previstas reduzidas a metade nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 146.º

**Declarações sobre arbitragem antes dos jogos e sobre a organização das competições**

1. O jogador que praticar as infrações previstas nos artigos 67.º e 68.º é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 150 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo da sanção prevista no número anterior são elevados para o dobro.

Artigo 151.º

**Agressões a jogadores**

1. As agressões praticadas pelos jogadores contra outros jogadores são punidas:
  - a) no caso de agressão, com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de 10 jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 100 UC;
  - b) no caso de resposta a agressão, com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de cinco jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 5 UC e o máximo de 50 UC;
  - c) no caso de agressão recíproca, com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de oito jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 8 UC e o máximo de 75 UC.
2. Se de uma agressão dolosa resultar a lesão do jogador agredido, a suspensão será mantida até que o lesionado retome ou esteja em condições de retomar a sua atividade desportiva, sem prejuízo do disposto no n.º 6.
3. A intenção do agente e o tempo de duração da incapacidade do lesionado serão averiguadas em processo disciplinar, devendo os exames para verificação do período de incapacidade ser feitos por médicos designados pela Secção Disciplinar.
4. O processo, na parte respeitante ao apuramento da intenção do agente, deverá estar concluído no prazo de 20 dias a contar da data da agressão.
5. A decisão da Secção Disciplinar que conclua ter a lesão sido provocada intencionalmente determinará, se necessário, o prosseguimento do processo para apuramento do período de incapacidade.
6. Em qualquer caso, a suspensão do jogador não poderá nunca exceder o prazo de um ano.





7. Os factos previstos nos números anteriores, quando cometidos na forma de tentativa, são punidos com as sanções neles previstas reduzidas a metade no seu limite máximo.

Artigo 153.º

**Incitamento à indisciplina**

1. Os jogadores que ostensivamente incitarem ou, por qualquer modo, contribuírem diretamente para que o público espectador hostilize a equipa adversária ou de arbitragem são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de seis jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 30 UC e o máximo de 150 UC.
2. No caso de a conduta do jogador levar à prática de atos violentos ou de indisciplina a sanção aplicável será a de suspensão a fixar entre o mínimo de três e o máximo de oito jogos e, acessoriamente, a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 40 UC e o máximo de 200 UC.

Artigo 156.º

**Estímulos de terceiros**

Os jogadores que derem, prometerem ou aceitarem recompensa ou promessa de recompensa de terceiros com vista à obtenção de um resultado positivo são punidos com sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de seis meses e o máximo de cinco anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 25 UC e o máximo de 250 UC.

Artigo 168.º

**Disposições gerais**

1. Os delegados dos clubes, os treinadores e os auxiliares técnicos que pratiquem as infrações previstas nos artigos 128.º a 141.º são punidos com as respetivas sanções neles previstas.
2. No caso das infrações previstas nos artigos 131.º, 136.º e 139.º-A os limites mínimo e máximo da sanção de suspensão aplicável aos treinadores e aos auxiliares técnicos são reduzidos a um quarto.
3. No caso da infração prevista no artigo 140.º, a sanção de suspensão não será aplicável aos treinadores e aos auxiliares técnicos.

Artigo 168.º-A

**Expulsão de treinador**

1. O treinador que, por ocasião dos jogos oficiais, seja expulso, nos termos das Leis do Jogo, por comportamento que não chegue a configurar a infração tipificada no artigo 140.º, é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 30 UC.
2. O treinador que, na mesma época desportiva, acumular cada série de três condenações por violação do disposto no número anterior ou pelo ilícito previsto no artigo 140.º, é punido com a sanção de suspensão por um jogo







e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 20 UC e o máximo de 60 UC.

Artigo 186.º

**Arremesso de objeto perigoso**

1. O clube cujos sócios ou simpatizantes arremessem para dentro do terreno de jogo objetos, líquidos ou quaisquer outros materiais que pela sua própria natureza sejam idóneos a provocar lesão de especial gravidade aos elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, delegados e observadores da Liga, dirigentes, jogadores e treinadores e demais agentes desportivos ou qualquer pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo sem todavia dar causa a qualquer perturbação no início, reinício ou realização do jogo é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 150 UC.
2. Em caso de reincidência o limite mínimo da sanção de multa prevista no artigo anterior é elevado para o dobro.

Artigo 189.º

**Falsificação de relatório**

Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que no seu relatório intencionalmente alterem, deturpem, ou falsifiquem os factos ocorridos no jogo ou prestem falsas declarações ou informações são punidos com a sanção de suspensão por período a fixar entre o mínimo de seis e o máximo de 10 épocas desportivas.

Artigo 190.º

**Corrupção passiva**

Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que solicitem ou aceitem, para si ou para terceiros, direta ou indiretamente, quaisquer presentes, empréstimos, vantagens ou, em geral, quaisquer ofertas suscetíveis, pela sua natureza ou valor, de pôr em causa a credibilidade das funções que exercem são punidos com a sanção de suspensão de dois a 10 anos.

Artigo 190.º-A

**Corrupção ativa de elemento da equipa de arbitragem**

1. O elemento da equipa de arbitragem que der ou prometer a qualquer a qualquer elemento da sua equipa de arbitragem vantagem patrimonial ou não patrimonial para solicitar daqueles agentes uma atuação parcial, de forma a que o jogo decorra em condições anormais, ou com consequências no seu resultado, ou que seja falseado o relatório do jogo, é punido com a sanção prevista no artigo anterior.
2. Se o ilícito for cometido na forma de tentativa, o elemento da equipa de arbitragem será punido com a sanção prevista no número anterior, reduzida a metade nos seus limites mínimo e máximo.
3. O elemento da equipa de arbitragem que, direta ou indiretamente, exerça ou abuse da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer





elemento da sua equipa de arbitragem com os fins referidos no n.º 1, é punido com a sanção nele prevista.

Artigo 190.º-B

**Corrupção ativa de delegado da Liga e observador de árbitros**

1. O delegado da Liga e o observador de árbitros que der ou prometer a delegado da Liga ou observador de árbitros, respetivamente, vantagem patrimonial ou não patrimonial para solicitar daqueles agentes que seja falseado o relatório do jogo, é punido com a sanção prevista no artigo 190.º
2. Se o ilícito for cometido na forma de tentativa, delegado da Liga ou o observador de árbitros será punido com a sanção prevista no número anterior, reduzida a metade nos seus limites mínimo e máximo.
3. O delegado da Liga e o observador de árbitros que, direta ou indiretamente, exerça ou abuse da sua influência, real ou suposta, junto de delegado da Liga ou observador de árbitros, respetivamente, com o fim referido no n.º 1, é punido com a sanção nele prevista.

Artigo 190.º-C

**Viciação de apostas desportivas**

1. Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que adotem comportamento tendente a manipular incidência de jogo de futebol ou o seu resultado com vista a obtenção, para si ou para terceiro, de benefício resultante de aposta desportiva, independentemente do local da sua realização, são punidos com a sanção de suspensão de dois a 10 anos e, acessoriamente, com sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 30 UC e o máximo de 300 UC.
2. Se o ilícito for praticado na forma de tentativa, as pessoas referidas no número anterior são punidas com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de dois anos e o máximo de cinco anos e, acessoriamente, com a sanção de multa prevista no número anterior reduzida a metade nos seus limites mínimo e máximo.
3. Às pessoas referidas no n.º 1 está proibida a participação em apostas desportivas relacionadas com jogo de futebol, diretamente ou por interposta pessoa.
4. As pessoas referidas no n.º 1 que violem a proibição prevista no número anterior incorrem na sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um ano e o máximo de dois anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 20 UC e o máximo de 200 UC.
5. As pessoas referidas no n.º 1 que tenham conhecimento da prática da infração prevista neste artigo e nos artigos 65.º-A, 128.º-A e 144.º-A e não a denunciem ao órgão disciplinar competente incorrem na sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um ano e o máximo de três anos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 20 UC e o máximo de 200 UC
6. O jogo em que hajam ocorrido os factos previstos no n.º 1 será declarado nulo e mandado repetir, desde que não tenha sido homologado e do





resultado nele verificado resultem prejuízos para o clube interveniente não responsável ou para clubes terceiros.

Artigo 191.º

**Agressões**

1. Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que, no exercício das suas funções, ofendam corporalmente qualquer jogador, treinador, qualquer outro agente desportivo, incluindo outro árbitro, árbitro assistente, observador de árbitros ou delegado da Liga, ou espectadores são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de seis meses.
2. Em caso de reincidência, os árbitros, árbitros assistentes, observadores de árbitros e delegados da Liga são punidos com a sanção de suspensão por período a fixar entre o mínimo de seis e o máximo de 10 épocas desportivas.

Artigo 192.º

**Ameaças, injúrias e ofensas à reputação**

1. Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que usem expressões, verbalmente ou por escrito, ou façam gestos de carácter ameaçador, injurioso, difamatório ou grosseiro, devidamente comprovados pelos relatórios dos delegados, ou observadores de árbitros ou através de meios audiovisuais, contra qualquer jogador, treinador, qualquer outro agente desportivo, incluindo outro árbitro, árbitro assistente, observador de árbitros ou delegado da Liga, ou contra espectadores são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de três e o máximo de 15 jogos.
2. Em caso de reincidência, os árbitros, árbitros assistentes, observadores de árbitros e delegados da Liga são punidos com a sanção de suspensão por período a fixar entre o mínimo de seis e o máximo de 10 épocas desportivas.

Artigo 193.º

**Falta injustificada a um jogo**

Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que faltem injustificadamente a um jogo ou, podendo-o fazer, não informem atempadamente o órgão responsável pela sua nomeação ou o departamento responsável pela organização das competições são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de cinco jogos.

Artigo 194.º

**Interrupção injustificada de um jogo**

O árbitro que injustificadamente não inicie um jogo ou lhe ponha termo antes do tempo regulamentar é punido com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de cinco jogos.

Artigo 195.º





### **Incumprimento das nomeações ou sua troca não autorizada**

Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que, sem qualquer justificação, não cumpram as nomeações, apresentem falsas declarações para evitar as mesmas ou troquem nomeações sem consentimento expresso do órgão para o efeito competente são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de oito jogos.

#### Artigo 196.º

##### **Falta de informações**

O elemento da equipa de arbitragem, o observador de árbitros e o delegado da Liga que omita deliberadamente nos seus relatórios factos ocorridos antes, durante ou depois do jogo, ou, solicitado a informar a entidade competente, o não faça dentro do prazo que para esse efeito lhes for fixado, será punido com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de doze jogos.

#### Artigo 197.º

##### **Desobediência às ordens e instruções da entidade competente**

Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que, injustificadamente, não assistam às ações de formação técnica ou que não compareçam às provas de aptidão física e técnica para que forem convocados são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de cinco jogos.

#### Artigo 198.º

##### **Comportamento incorreto**

Elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga que se dirijam de forma menos correta e educada aos titulares dos órgãos da FPF ou da Liga Portugal, a dirigentes de clubes, outros árbitros, árbitros assistentes, observadores de árbitros, delegados da Liga, jogadores, treinadores, demais agentes desportivos ou espectadores são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de cinco jogos.

#### Artigo 199.º

##### **Incumprimento negligente**

1. Elementos de equipa de arbitragem que adotem uma atitude passiva ou negligente perante comportamentos incorretos e antidesportivos dos membros das equipas participantes são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de cinco jogos.
2. O procedimento disciplinar deve ser obrigatoriamente instruído com um parecer da Secção da Área Profissional do Conselho de Arbitragem da FPF.

#### Artigo 201.º





### Atraso no início dos jogos

1. Elementos de equipa de arbitragem que, sem qualquer motivo justificativo, atrasem o início ou reinício dos jogos são punidos com a sanção de repreensão.
2. Em caso de reincidência, os árbitros e árbitros assistentes são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de três jogos.

### Artigo 204.º

#### Incumprimento dos deveres em geral

1. A violação pelos árbitros e árbitros assistentes dos deveres previstos no Regulamento de Arbitragem, ou de quaisquer outros deveres específicos, para os quais não estejam previstas sanções nas normas do presente Regulamento é punida com a sanção de repreensão.
2. A violação pelos observadores de árbitros dos deveres previstos no Regulamento de Arbitragem para o qual não estejam previstas sanções específicas nas normas do presente Regulamento é punida com a sanção prevista no número anterior.
3. A violação pelos delegados da Liga dos deveres previstos no Regulamento das Competições para o qual não estejam previstas sanções específicas nas normas do presente Regulamento, é punida com a sanção prevista no n.º 1.
4. Em caso de reincidência, os elementos de equipa de arbitragem, observadores de árbitros e delegados da Liga são punidos com a sanção de suspensão a fixar entre o mínimo de um e o máximo de três jogos.

### Artigo 226.º

#### Participação disciplinar

1. Qualquer pessoa que tenha conhecimento de factos suscetíveis de configurar infração disciplinar prevista no presente Regulamento pode participá-los à Secção Disciplinar.
2. As participações disciplinares dirigidas a outros órgãos e agentes da FPF e da Liga Portugal serão transmitidas à Secção Disciplinar no mais curto espaço de tempo.
3. Estão obrigados a participar os factos previstos no n.º 1 de que tenham conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas os titulares dos órgãos sociais da FPF e da Liga Portugal, os elementos de equipa de arbitragem, observadores e delegados da Liga.
4. A participação não está sujeita a qualquer requisito de forma, e pode mesmo ser feita oralmente, devendo porém indicar de modo claro a identidade do participante e do participado e, na medida do possível, as circunstâncias de tempo, lugar e modo relativas aos factos participados.
5. As participações anónimas ou que não digam respeito a factos concretos, ainda que indicados com pouco rigor ou determinabilidade, serão imediatamente arquivadas sem dar lugar à instauração de processo disciplinar, salvo se em si mesmas constituírem o objeto de uma infração disciplinar.







Artigo 227.º

**Notificação do Arguido**

1. A instauração do processo disciplinar é notificada ao arguido, no prazo de dois dias, com indicação das infrações disciplinares pelas quais se procede e de que está indiciado e do convite para, querendo, se apresentar a fim de prestar declarações sobre os factos em investigação e requerer diligências instrutórias.
2. A diligência prevista no número anterior pode ser diferida para momento ulterior da fase de instrução sempre que, no prudente juízo do instrutor, o conhecimento da pendência do processo possa prejudicar as diligências instrutórias a realizar.

Artigo 238.º

**Requerimentos de prova**

1. Até ao segundo dia útil anterior à data designada para a realização da audiência disciplinar, a Comissão de Instrutores e o arguido indicarão à Secção Disciplinar o rol de testemunhas que pretendem oferecer no decurso da audiência, sem prejuízo da prova já colhida em sede de instrução.
2. Nos róis devem as partes indicar os factos a cuja prova se destina o depoimento de cada testemunha arrolada.
3. As testemunhas são a apresentar por cada uma das partes, não sendo admitidas mais do que três testemunhas a cada facto ou oito no total.
4. Os documentos e outros meios de prova deverão ser oferecidos até ao início da audiência disciplinar.
5. Até ao momento previsto no n.º 1 poderão o arguido, o participante e o lesado apresentar quaisquer memoriais acerca das questões jurídicas e dos factos objeto do procedimento disciplinar.
6. Até ao dia útil anterior, o arguido pode prescindir da realização da audiência disciplinar, caso em que, salvo oposição do Presidente da Secção Disciplinar, do relator ou da Comissão de Instrutores, aquela não se realizará, sendo os autos conclusos ao relator para os efeitos do n.º 5 do artigo 249.º.
7. No caso de, nos termos do número anterior, não ser realizada a audiência disciplinar, as custas são reduzidas em um terço.

Artigo 244.º

**Adiamento e suspensão**

1. Sem prejuízo no disposto no número seguinte, a audiência disciplinar não pode ser adiada ou suspensa com fundamento na falta de qualquer sujeito procedimental, desde que a notificação para a sua comparência, quando exigida nos termos do presente Regulamento, tenha sido validamente realizada.
2. Se o arguido não comparecer à audiência e comunicar até ao início desta a sua impossibilidade em comparecer decorrente de motivo de força maior excepcionalmente grave, o Presidente determinará o adiamento da audiência por prazo não superior a cinco dias se entender, por despacho sumariamente fundamentado e inimpugnável, que os motivos invocados





são atendíveis; em caso contrário, ou no caso de o arguido não comunicar tempestivamente a sua impossibilidade em comparecer, é aplicável o disposto no número anterior.

3. A audiência disciplinar pode ser adiada por uma única vez com fundamento no impedimento devidamente justificado do mandatário judicial das partes.
4. Em caso algum pode a audiência ser adiada ou suspensa em virtude da falta de qualquer outro interveniente procedimental ou adiada uma segunda vez por falta de comparência do arguido.
5. Para além dos casos previstos nos números anteriores, a audiência apenas pode ser adiada por motivo excecionalmente grave ou se não for possível formar o quórum para o funcionamento da Secção Disciplinar ou da formação colegial.
6. Salvo para pequenos intervalos, depois de iniciada a audiência esta só pode ser suspensa nos casos absolutamente indispensáveis em virtude de motivo de força maior ou quando se revelar impossível completar os trabalhos no próprio dia; porém, nenhuma suspensão poderá ser superior a cinco dias.

Artigo 247.º

**Desistência da acusação**

1. Até ao termo das alegações orais ou até ao termo do prazo para a apresentação de alegações escritas, o representante da Comissão de Instrutores pode requerer a desistência da acusação.
2. A desistência da acusação apenas será admissível se da prova produzida na audiência disciplinar resultar de modo claro e manifesto que os factos imputados ao arguido na acusação não se verificaram ou que se verificam factos que extinguem ou excluem a responsabilidade disciplinar do arguido.
3. Se o arguido a ela não se opuser, e verificado o pressuposto previsto no número anterior, quem estiver a presidir à audiência poderá deferir a desistência por despacho sumariamente fundamentado.
4. O despacho previsto no número anterior extingue o procedimento disciplinar e obsta à formulação de nova acusação pelos mesmos factos.

Artigo 249.º

**Decisão em caso de audiência apenas perante o relator**

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, finda a produção de prova, quando a audiência decorra apenas perante o relator este dará a palavra para alegações orais, sucessivamente, ao representante da Comissão de Instrutores e ao defensor do arguido, por período que não pode exceder 15 minutos para cada um.
2. Por requerimento de uma das partes e com a concordância da outra é concedido às partes o prazo de cinco dias para apresentação de alegações finais escritas.
3. Antes de encerrar a audiência, o relator convidará o arguido a, querendo, proferir as declarações que entender relevantes, desde que pertinentes ao objeto do processo disciplinar.





4. Encerrada a audiência ou findo o prazo previsto no n.º 2 são os autos conclusos ao relator para, no prazo de 10 dias, apresentar à Secção um projeto de acórdão.
5. Quando o relator entender que a questão a decidir é simples, designadamente por a matéria de facto controvertida não oferecer grande complexidade, por a acusação ou a defesa se revelarem manifestamente infundadas ou tiver sido dispensada a audiência disciplinar, decide, no prazo de oito dias, mediante despacho devidamente fundamentado.
6. O despacho do relator previsto no número anterior pode ser objeto de impugnação nos termos previstos no artigo 290.º.
7. Fora do caso previsto no n.º 5, depois de discutido e votado o projeto de acórdão, o relator elaborará o acórdão definitivo.

Artigo 258.º

**Base para instauração do processo sumário**

1. O processo sumário é instaurado tendo por base o relatório da equipa de arbitragem, das forças policiais ou do delegado da Liga, ou ainda com base em auto por infração verificada em flagrante delito.
2. Considera-se verificada em flagrante a infração que é detetada através de objetos ou sinais percecionados diretamente, ainda que através da visualização de imagens televisivas, que mostrem claramente que a infração foi cometida e o agente nela participou.
3. O auto relativo a infração verificada em flagrante delito é elaborado por qualquer membro da Comissão de Instrutores no prazo de três dias a contar dos factos a que o mesmo disser respeito, sob pena de caducidade.
4. O auto referido no número anterior é elaborado oficiosamente, na sequência de denúncia de qualquer clube ou agente desportivo apresentada até às 14h do último dia do prazo referido no número anterior, ou por impulso de qualquer membro da Secção Disciplinar.
5. Apenas a falta da verificação dos pressupostos previstos no n.º 2 justifica a não elaboração do auto, não sendo relevante a moldura sancionatória abstratamente aplicável.
6. O auto descreve os factos que constituem a infração, o dia, a hora, o local e as circunstâncias em que foi cometida, a identificação dos seus agentes e eventuais ofendidos e os meios de prova conhecidos.
7. Podem ser anexados ao auto previsto no número anterior as gravações não editadas das imagens televisivas que lhe servem de suporte.
8. Sem prejuízo dos números anteriores, a Secção Disciplinar atuará oficiosamente, nomeadamente com recurso à prova de reprodução de imagem televisiva e às declarações escritas da equipa de arbitragem, quando for patente que esta puniu qualquer interveniente no jogo com a amostragem de cartão amarelo ou vermelho, assim como advertência ou ordem de expulsão, pretendendo antes punir um outro, com o fim de atribuir a punição ao sujeito que verdadeiramente cometeu a infração e revogar a punição do sujeito indevidamente punido.





Artigo 267.º

**Tramitação**

1. O processo será distribuído a um dos membros da Comissão de Instrutores, que ficará servindo de inquiridor.
2. O processo de inquérito não depende de quaisquer formalidades especiais.
3. Terminado o inquérito, o inquiridor elabora relatório final propondo o arquivamento ou a instauração de processo disciplinar.

Artigo 268.º-A

**Arquivamento**

1. O instrutor propõe à Secção Disciplinar o arquivamento do processo de inquérito, mediante despacho sinteticamente fundamentado.
2. O instrutor procede nos termos do número anterior sempre que resultar suficientemente demonstrada qualquer das condições previstas no n.º 2 do artigo 234.º, bem como nos casos em que não se alcançar qualquer indício da identidade do agente.
3. A Secção Disciplinar, depois de proceder às diligências que entender necessárias:
  - a) decide arquivar; ou
  - b) ordena à Comissão de Instrutores a realização das diligências de instrução que se lhe afigurem convenientes ou indispensáveis, fixando o prazo dentro do qual estas devem ter lugar e que não pode exceder 20 dias.

Artigo 276.º

**Competência**

1. A competência para a execução das decisões disciplinares cabe à Comissão de Instrutores, sob a orientação e supervisão da Direção da Liga.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a Secção Disciplinar informa a Comissão de Instrutores das decisões suscetíveis de execução bem como, sendo o caso, das decisões judiciais transitadas em julgado que careçam de execução administrativa.

Artigo 289.º

**Natureza jurídica**

1. Os recursos de que trata a presente secção têm sempre natureza necessária.
2. Têm natureza urgente e prioridade sobre os demais os recursos interpostos de decisões disciplinares relativas a factos ocorridos nas últimas duas jornadas de uma competição ou fase de competição disputada por pontos.
3. Têm, igualmente, natureza urgente os recursos que possam ter implicação direta na classificação final das competições ou na manutenção de um clube em competição.





Artigo 292.º

**Tramitação**

1. O recurso interpõe-se por meio de requerimento devidamente fundamentado e com as conclusões sumárias em que se baseia a pretensão da parte, dirigido ao Presidente da Secção Disciplinar e apresentado no prazo de cinco dias, contados desde a data da notificação do ato que se pretende impugnar, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. As partes podem, no prazo de dois dias, contados da notificação da decisão, requerer a documentação que fundamenta a correspondente decisão, contando-se o prazo para recurso a partir da data da respetiva entrega.
3. Recebido o recurso são logo notificados os contrainteressados e, se não for o recorrente, a Comissão de Instrutores para, no prazo de cinco dias, responderem.
4. O recurso para o pleno da Secção Disciplinar não depende de formalidades especiais, devendo apenas proceder-se às diligências estritamente necessárias para a decisão das questões nele suscitadas e que não forem prejudiciais à economia do procedimento disciplinar.
5. É, porém, vedada a produção de prova testemunhal e o oferecimento de meios de prova que pudessem ter sido oferecidos até ao encerramento da audiência disciplinar.
6. A Secção Disciplinar deverá decidir o recurso mediante acórdão tirado no prazo máximo de 10 dias a contar do termo do prazo de resposta.

Artigo 293.º

**Efeitos**

A interposição do recurso para o pleno da Secção Disciplinar não suspende a eficácia da decisão recorrida, salvo no caso das decisões previstas no n.º 2 do artigo 295.º

295.º

**Efeitos**

1. Os recursos de que trata a presente secção não suspendem a eficácia da decisão recorrida, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Têm efeito suspensivo:
  - a) os recursos interpostos de decisões tiradas em processo disciplinar comum ou em processo sumário decorrente da elaboração de auto de flagrante delito que tenham procedido à aplicação da sanção de suspensão a jogadores ou treinadores pela prática de infrações disciplinares graves ou muito graves;
  - b) os demais recursos para que o regimento interno do Conselho de Justiça preveja a atribuição desse efeito.

**Disposição transitória 2.ª**

[REVOGADA]







ANEXO

REGIME DE INCOMPATIBILIDADES E REGISTO DE INTERESSES DAS COMPETIÇÕES  
ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

CAPÍTULO I

INCOMPATIBILIDADES

Artigo 1.º

**Âmbito**

1. Os membros da Secção da Área Profissional e da Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem da FPF, bem como os elementos de equipa de arbitragem e observadores de árbitros que integram as competições organizadas pela Liga Portugal, não podem:
  - a) realizar negócios com a FPF, com a Liga Portugal e seus sócios ordinários, clubes, sociedades anónimas desportivas e sociedades ou outras pessoas singulares ou coletivas que nestas detenham mais de 10% do respetivo capital social;
  - b) ser funcionário ou exercer qualquer atividade remunerada, independentemente da natureza do vínculo, para as entidades referidas na alínea anterior;
  - c) ser gerente ou administrador de sociedades que realizem negócios com as entidades referidas na alínea a);
  - d) deter nessas sociedades participação social superior a 10% do capital;
  - e) desempenhar quaisquer funções em empresas nas quais os dirigentes dos clubes ou sociedades anónimas desportivas detenham posições relevantes.
2. Para efeitos da percentagem referida na alínea c) do número anterior, considera-se o capital titulado pelo agente desportivo, cônjuge não separado de pessoas e bens e descendentes ou ascendentes.
3. Entende-se que existe uma posição relevante quando, nomeadamente, os agentes desportivos sejam gerentes ou administradores de empresas credoras ou garantes de dívidas das entidades referidas na alínea a).





REGULAMENTO DE ARBITRAGEM DAS COMPETIÇÕES ORGANIZADAS PELA  
LIGA PORTUGUESA DE FUTEBOL PROFISSIONAL

(alterações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Liga Portuguesa de Futebol Profissional de 13 de junho de 2018)

Artigo 2.º

**Norma habilitante**

O presente Regulamento é adotado ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 29.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas aprovado pelo decreto-lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro.

Artigo 4.º

**Competências**

1. Cabe ao Conselho de Arbitragem da FPF, em geral:
  - a) gerir, coordenar e administrar a atividade da arbitragem no âmbito das competições profissionais de futebol;
  - b) estabelecer os critérios de nomeação dos árbitros;
  - c) estabelecer os parâmetros de formação do sistema nacional de arbitragem;
  - d) implementar as leis do jogo no domínio específico da arbitragem;
  - e) nomear as equipas de arbitragem e observadores;
  - f) propor à Direção da FPF normas reguladoras da arbitragem nacional, sem prejuízo das competências regulamentares próprias da Liga Portugal.
2. As competências previstas no número anterior quando digam respeito às competições organizadas pela Liga Portugal e as definidas no contrato previsto no n.º 3 do artigo 17.º dos Estatutos da FPF são exercidas pela Secção Profissional e Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem.
3. O Regulamento de Arbitragem da FPF é subsidiariamente aplicável às competições referidas no número anterior, em tudo o que não seja incompatível com a natureza profissional das competições e com a competência exclusiva da Liga Portugal para assegurar a gestão e a organização das mesmas.

Artigo 5.º

**Incompatibilidades e conflito de interesses**

1. Os membros da Secção Profissional, da Secção de Classificações, os árbitros, os árbitros assistentes, os elementos especializados que desempenhem funções na equipa VAR e os observadores estão vinculados ao disposto no regime de incompatibilidades e registo de interesses que consta em anexo Regulamento Disciplinar das Competições Organizadas pela Liga Portugal.
2. Para além dos casos previstos no regime referido no número anterior, é ainda incompatível com o exercício de funções na arbitragem as





atividades de jornalista, colunista e comentador em órgãos da comunicação social, sobre matérias relacionadas com o sector da arbitragem, bem como de dirigente de clube, de funcionários da FPF e da Liga Portugal e de delegado da Liga.

3. Os agentes da arbitragem previstos no n.º 1 não podem intervir ou participar, em qualquer fase, ou tomada de decisão ou emissão de parecer em caso de conflito de interesses, devendo comunicar desde logo, por escrito, o seu impedimento ao Presidente do Conselho de Arbitragem.
4. Para efeitos do disposto no número antecedente, presume-se haver conflito de interesses sempre que os agentes da arbitragem estejam em condições de propor, discutir, deliberar, informar, emitir juízos de valor ou ter acesso a informação privilegiada em que eles próprios possam ter interesse direto ou indireto, ou possa ter interesse algum parente ou afim em linha direta ou até ao 3.º grau da linha colateral.

## CAPÍTULO II

### Artigo 7.º

#### Funcionamento

1. A Secção Profissional reúne nos termos previstos no seu regimento interno.
2. As reuniões são realizadas na sede da FPF ou na sede da Liga Portugal.
3. As deliberações são registadas na ata da reunião em que forem adotadas.
4. Em cada época desportiva, o Conselho de Arbitragem define dois períodos, um na primeira volta e outro na segunda volta, para receber os clubes participantes nas competições organizadas pela Liga Portugal que o solicitem.
5. O Conselho de Arbitragem reúne com os clubes participantes nas competições organizadas pela Liga Portugal fora dos períodos referidos no número anterior, a requerimento excecional e devidamente fundamentado destes.

### Artigo 8.º

#### Competência

1. Compete à Secção Profissional de Arbitragem:
  - a) designar as equipas de arbitragem para os jogos das competições organizadas pela Liga Portugal;
  - b) designar as equipas de arbitragem para os jogos da Taça de Portugal onde intervenham equipas que participem nas competições organizadas pela Liga Portugal;
  - c) Participar à Secção Profissional do Conselho de Disciplina quaisquer situações que constituam infração ao presente Regulamento, nomeadamente as relativas aos deveres especiais dos árbitros e árbitros assistentes;
2. Compete à Secção de Classificação do Conselho de Arbitragem:
  - a) designar os observadores para os jogos das competições organizadas pela Liga Portugal;





- b) designar os observadores para os jogos da Taça de Portugal onde intervenham equipas que participem nas competições profissionais;
- c) participar à Secção Profissional do Conselho de Disciplina quaisquer situações que constituem infração ao presente Regulamento, nomeadamente as relativas aos deveres especiais dos árbitros e árbitros assistentes.

Artigo 9.º

**Árbitros e árbitros assistentes**

- 1. O quadro de árbitros, árbitros assistentes e observadores afeto às competições organizadas pela Liga Portugal é composto, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da FPF, da seguinte forma:
  - a) até 21 árbitros de categoria C1 – grupo C1 Pro;
  - b) até 15 árbitros de categoria C1 – grupo C1 em estágio;
  - c) até 42 árbitros assistentes da categoria AAC1;
  - d) até 30 árbitros assistentes da categoria AAC2; e
  - e) Até 40 observadores da categoria ObsC1.
- 2. Os árbitros e árbitros assistentes referidos podem exercer a sua atividade desportiva na qualidade de agentes desportivos profissionais e em exclusivo, nos termos previstos na lei, nos regulamentos e no contrato a que se refere o artigo 28.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas
- 3. Podem igualmente arbitrar competições organizadas pela Liga Portugal os árbitros e árbitros assistentes inscritos em federações estrangeiras com as quais a FPF estabeleça contrato tendo por objeto o intercâmbio de serviços em condições de paridade desde que possuam categoria equivalente às referidas.
- 4. As questões de natureza técnica e metodológica são da responsabilidade exclusiva da FPF.

Artigo 10.º

**Direitos e deveres**

- 1. São direitos dos elementos das equipas de arbitragem que atuam nas competições profissionais:
  - a) Agir com independência técnica no exercício da sua atividade, com observância total das Leis do Jogo, regulamentos e normas em vigor;
  - b) Receber as importâncias fixadas pela Liga Portugal, após consulta à Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol;
  - c) Ser beneficiário de um seguro de acidentes pessoais que cubra os riscos de morte, invalidez permanente, despesas de tratamento e incapacidade temporária, resultante de acidente no exercício ou por causa das suas funções;
  - d) Ter livre ingresso no Camarote da Liga Portugal nos estádios onde se disputem jogos das competições por ela organizadas;
  - e) Receber da Secção de Classificações as cópias dos relatórios técnicos dos jogos em que tenham atuado, podendo deles reclamar, nos termos previstos no Regulamento de Arbitragem da FPF;





- f) Receber da Secção de Classificações as notas ou cópias dos testes escritos depois de classificados;
  - g) Solicitar pareceres sobre as Leis de Jogo e regulamentos ao Conselho de Arbitragem;
  - h) Obter até duas dispensas de exercício de atividade em cada época desportiva, por período máximo de uma jornada, desde que solicitadas com uma antecedência não inferior a 20 dias, salvo se ocorrer facto imprevisto e de força maior, devidamente comprovado;
  - i) Opor-se à utilização pública, ilícita da sua imagem, ligada à prática desportiva, para fins de exploração comercial.
2. Constituem deveres dos elementos das equipas de arbitragem que atuam nas competições profissionais:
- a) Cumprir e fazer cumprir as Leis do Jogo, os Regulamentos da FIFA, UEFA, FPF e da LIGA PORTUGAL, recorrendo às tecnologias que lhes forem postas à disposição, mantendo uma conduta conforme aos princípios desportivos de lealdade, probidade, verdade e retidão, em tudo o que diga respeito à direção dos jogos e às relações de natureza desportiva, económica e social;
  - b) Aceitar as nomeações para os jogos que lhes forem designados;
  - c) Remeter à Secção Profissional, através do árbitro nomeado, até ao segundo dia posterior à emissão da credencial de nomeação, o plano de viagem da equipa de arbitragem, salvo nomeações excecionais, em que o fará no mais curto espaço de tempo, antes da data do jogo, bem como eventuais alterações ao plano inicial de viagem, devidamente fundamentado;
  - d) Comparecer no estádio, pelo menos, 1h30m antes do início do jogo e fiscalizar previamente se o recinto de jogo se encontra nas condições regulamentares;
  - e) Utilizar o equipamento oficialmente aprovado;
  - f) Elaborar o boletim de jogo, mencionando todos os incidentes ocorridos, antes, durante ou após o jogo, bem como os comportamentos imputados aos jogadores, treinadores, médicos, massagistas, dirigentes e demais agentes desportivos que constituam fundamento de sanções disciplinares, bem como eventuais alterações ao plano de viagem e sua justificação;
  - g) Enviar à Liga Portugal o boletim do jogo e demais documentação, após o seu termo, através dos meios informáticos colocados à sua disposição pela Liga Portugal (e-Liga). Se, e apenas no caso de, depois de preenchido e assinado o boletim, ocorrerem factos anómalos, fazê-los constar, no prazo de 12 horas, na plataforma e-Liga. No caso de impossibilidade técnica de utilização da plataforma e-Liga o relatório pode ser remetido por qualquer meio expedito, nomeadamente email ou fax.
  - h) Colaborar com o Delegado da Liga no exercício das suas funções;







- i) Avisar a Secção Profissional pela via mais rápida (telefax ou por meios eletrónicos, nomeadamente o e-mail ou pelo telefone), sempre que não possa comparecer por motivo de força maior, nos jogos para que for designado, justificando, em qualquer dos casos, posteriormente a sua falta; será dado conhecimento aos clubes intervenientes no jogo para o qual o árbitro se encontrava designado das razões apresentadas para a não comparência;
  - j) Comparecer para depor em inquéritos, processos disciplinares ou protestos, sempre que notificado para tal;
  - k) Comparecer e participar em todas as ações de formação, aperfeiçoamento e avaliação, bem como a todos os testes ou provas físicas para que tenha sido previamente convocado;
  - l) Não emitir quaisquer opiniões públicas, sem autorização prévia, sobre matérias de natureza técnica ou disciplinar, relativamente ao sistema específico da arbitragem das competições profissionais bem como em relação a jogos em que tenha intervindo, ou em que tenham intervindo outros árbitros, ou outros agentes da arbitragem;
  - m) Abster-se de quaisquer atos da sua vida pública ou que nela se possam repercutir, que se mostrem incompatíveis com a dignidade indispensável ao exercício das suas funções de árbitro;
  - n) Adotar no exercício das suas funções ou por via delas um comportamento de correção e bom entendimento com todos os órgãos da hierarquia desportiva: Clubes, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos;
  - o) Informar a Secção Profissional no prazo de 3 dias úteis a contar da data que tome conhecimento de quaisquer factos que violem as normas acima referidas ou ainda que contrariem os comportamentos éticos e morais exigíveis;
  - p) Não atuar em jogos de carácter particular, sujeitos ou não sujeitos à hierarquia do futebol sem prévia autorização do Conselho de Arbitragem;
  - q) Realizar todos os exames médicos que lhes sejam solicitados, mantendo o exame médico desportivo atualizado;
  - r) Responder com diligência e em tempo útil às solicitações, consultas e correio remetido pela Secção Profissional;
  - s) Submeter-se aos treinos físicos semanais, comparecendo nos dias, locais e horas previamente determinados pela Secção Profissional, salvo se expressamente por esta dispensados.
3. Os elementos da equipa de arbitragem que desempenhem funções na equipa VAR estão dispensados do cumprimento das obrigações previstas nas alíneas d), h) e s) do número anterior, estando, no entanto, sujeitos às obrigações previstas no protocolo VAR.

Artigo 11.º

**Da organização das equipas de arbitragem**





1. Cada equipa de arbitragem é constituída por um árbitro da categoria C1 Pro ou C1 em estágio, dois árbitros assistentes das categorias AAC1 ou AAC2 e um quarto árbitro da categoria C1 em estágio, C2 ou AAC1.
2. Nos jogos da Liga NOS, a equipa de arbitragem é ainda integrada por, pelo menos, um árbitro para a função de vídeo-árbitro (VAR), da categoria C1 Pro ou C1 em estágio e por um assistente de vídeo-árbitro (AVAR) que integre a categoria C1 em estágio ou AAC1.
3. Poderão, ainda, desempenhar funções na equipa VAR elementos especializados que tenham terminado a sua atividade, há menos de três anos, na categoria equivalente à C1 Pro.
4. As equipas de arbitragem referidas são nomeadas pela Secção Profissional, sendo obrigatório dar conhecimento da composição de toda a equipa de arbitragem nos termos regulamentares.

Artigo 12.º

**Critérios de designação**

1. Os árbitros e árbitros assistentes que se encontrem disponíveis são designados para os jogos das competições organizadas pela Liga Portugal segundo os critérios estabelecidos nos números seguintes.
2. Nenhum árbitro ou árbitro assistente pode deixar de ser designado em razão da sua filiação distrital e das suas preferências clubistas.
3. Na designação dos árbitros e árbitros assistentes, a Secção Profissional deve ter em consideração, designadamente, os seguintes critérios:
  - a) Avaliação do seu desempenho na época em curso;
  - b) Grau de dificuldade dos jogos em causa;
4. Para efeitos do disposto na alínea b) do número anterior, o grau de dificuldade dos jogos é aferido pela ponderação conjugada dos seguintes fatores:
  - a) Posição ocupada na tabela classificativa pelos Clubes intervenientes;
  - b) Rivalidade existente entre os Clubes intervenientes;
  - c) Quaisquer factos considerados relevantes ocorridos anteriormente à data da designação.
5. Os Clubes têm a mesma dignidade e são colocados em posição de igualdade, tendo em atenção o escalonamento dos jogos das competições organizadas pela Liga Portugal.
6. A Secção Profissional deve retirar temporariamente das designações os árbitros ou árbitros assistentes que hajam incorrido nas seguintes situações, comprovadas pela Secção Profissional oficiosamente ou mediante denúncia apresentada pelos Clubes intervenientes no jogo em causa:
  - a) Haver cometido graves erros técnicos, devidamente comprovados, podendo haver recurso a meios audiovisuais quando se trate de questões com implicação de natureza disciplinar;
  - b) Haver cometido sucessivos erros técnicos e/ou disciplinares, mesmo que não constantes do relatório do observador.
  - c) Apresentar deficiente condição física, devidamente verificada através do relatório do observador ou de testes realizados para o efeito, a nível nacional ou internacional;





- d) Ter posto em causa, por qualquer forma, sobretudo através de declarações públicas, a estabilidade, isenção e dignidade da arbitragem globalmente considerada, bem como dos seus órgãos hierarquicamente superiores;
  - e) Violar culposamente as obrigações constantes das alíneas k) e l) do n.º 2 do artigo 10.º
  - f) Sempre que, por violação grave dos seus deveres, tenha sido objeto de denúncia disciplinar pela Secção Profissional.
7. Não podem ser retirados das designações os árbitros e árbitros assistentes que tenham sido objeto de denúncia disciplinar apresentada pelos Clubes, salvo se a Secção Profissional do Conselho de Disciplina ordenar a sua suspensão preventiva.
  8. A Secção Profissional procede à designação das equipas de arbitragem para todos os jogos das competições organizadas pela LIGA PORTUGAL.
  9. As nomeações e a constituição das equipas de arbitragem são obrigatoriamente divulgadas até ao dia de realização do jogo, antes da realização do mesmo, tendo que ser comunicada aos serviços da Liga Portugal até 24 horas antes do início do jogo.
  10. Se, por qualquer razão o árbitro ou qualquer árbitro assistente designado para dirigir um jogo, o não puder fazer, será substituído pelo árbitro ou árbitro assistente que reúna condições para tal, de acordo com o presente Regulamento, cabendo tal competência ao Presidente ou Vice-Presidente da Secção Profissional.
  11. As equipas de arbitragem, com exceção dos elementos que constituem a equipa de vídeo-árbitro, só podem dirigir jogos do mesmo clube, na mesma competição, decorridos que sejam 1 jornada ou 10 dias após a sua atuação no jogo da Taça de Portugal, Taça da Liga ou Supertaça.

Artigo 13.º

**Designação do observador**

1. Para os jogos das competições organizadas pela Liga Portugal é nomeado um observador da categoria ObsC1.
2. As normas relativas aos procedimentos de observação, avaliação e classificação dos árbitros, árbitros assistentes e observadores das competições organizadas pela Liga Portugal são definidas por normativo próprio do Conselho de Arbitragem da FPF.

Artigo 14.º

**Exposição sobre arbitragem incorreta**

1. Os Clubes podem expor à Secção Profissional a existência de arbitragem incorreta, no prazo de cinco dias após o jogo, podendo fazer uso de suporte de imagem em DVD, com base na gravação integral do jogo.
2. A exposição referida no número anterior é obrigatoriamente encaminhada para a Secção de Classificações.

Artigo 16.º





FEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE FUTEBOL

## COMUNICADO OFICIAL

N.:401

DATA: 30.06.2018

### Observação e classificação de árbitros

As normas relativas aos procedimentos de observação, avaliação e classificação dos árbitros, árbitros assistentes e observadores das competições organizadas pela Liga Portugal são definidas pelo regulamento da Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem da FPF.

Artigo 17.º

#### Entrada em vigor

O presente Regulamento revoga e substitui o Regulamento de Arbitragem das competições organizadas pela Liga Portugal aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de junho de 2013, com as alterações aprovadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias entretanto realizadas e entra em vigor no início da época desportiva de 2018-2019.

